



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 14

**A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO
DO “NOVO LIBERALISMO”**

SAMUEL COSTA FILHO
MARÇO/2008

Texto de Discussão

Ano 7 - nº 14 - março/2008

Reitor da Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras

Prof. Ms. Antonio Fonseca Neto

Chefe do Departamento de Ciências Econômicas

Prof. Ms. Samuel Costa Filho

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Prof. Ms. Fernando Rocha Veras Araújo

Editado pelo DECON

Responsável

Prof./DECON Ms Samuel Costa Filho

Conselho Editorial

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Prof./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

Prof./DECON Ms. Fernanda Rocha Veras Araújo

Prof./DECON Ms. José Lourenço Candido

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v. 1, n.14, A.7 (março 2008) - Teresina: UFPI, 2008 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DO “NOVO LIBERALISMO”

Samuel Costa Filho¹

Resumo: este artigo defende que a política econômica implementada no Brasil, a partir dos anos 90, faz parte do receituário neoliberal. Nessa linha, o 1º. item apresenta os motivos da aplicação do receituário liberal pelo governo Fernando Henrique Cardoso. No ponto seguinte, defende que o governo Lula, embora originário de um partido dito de esquerda, apenas continuou com a política macroeconômica do governo FHC, e finaliza colocando a necessidade de criação de um modelo de desenvolvimento que atenda aos reais interesses da nação Brasil.

Palavras Chaves: Governo Lula; Neoliberalismo; Economia Brasileira.

O Banco Central anunciou um fato inédito na história econômica do Brasil que ocorreu nos últimos dois séculos: em fevereiro de 2008, o país passou à condição de credor externo líquido. A política de metas de inflação manteve a taxa um pouco abaixo do centro da média de 4,5%. O nível de desemprego em queda e uma elevação de 5,9% do consumo das famílias até o terceiro trimestre determinaram um forte dinamismo do mercado interno e na perspectiva de continuidade da sua expansão, de modo que o crescimento do PIB poderá chegar a 5,5%, em 2007.

Para muitos economistas, esses fatos representam a solidez dos atuais fundamentos econômicos e a confirmação do início de um novo ciclo de crescimento sustentável da economia brasileira. E, mais, essa economia está menos vulnerável e mais protegida de uma crise internacional, a ponto dos analistas do mercado financeiro defenderem até a tese do

¹ Professor Adjunto da UFPI, Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, Mestre em Economia pelo CAEN, e Doutorando do IE/UNICAMP.

descolamento da dinâmica da economia brasileira, caso realmente ocorra uma recessão no centro da economia mundial, ou seja, na economia americana. Será realmente que a política econômica do governo Lula iniciou um “novo ciclo de desenvolvimento sustentável?”.

Não é essa a linha que se apresenta. O modelo econômico implementado pelo governo Lula continua dando prioridade a promoção da estabilidade e a facilitar o funcionamento dos “mercados”, principalmente o mercado financeiro, que tem levando a maior parte dos recursos para as elites que vivem da especulação financeira. Desde janeiro de 2003, o governo federal já destinou mais de R\$ 851 bilhões somente para o pagamento de juros nominais da dívida pública consolidada (interna e externa). Apenas no mês de novembro de 2007 foi reservado R\$ 12 bilhões para o pagamento de juros, enquanto para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o valor empenhado nesse mesmo ano foi de cerca de R\$ 11 bilhões.

O discurso da ortodoxa afirma ser os juros o pagamento de uma dívida anterior contraída pelo Estado. Por trás dessa justificativa, está a afirmação de que os credores emprestaram seus recursos ao setor público e o governo, desse modo não pode rasgar o contrato que fez com o mercado, devendo, portanto, cumprir com o pagamento devido². Todavia, a dívida em larga escala faz parte da dinâmica da política econômica neoliberal que privilegia o mercado financeiro e usa o Estado, em detrimento das políticas de desenvolvimento ou de melhora no social.

Durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, era comum a acusação de que a sua política econômica representava a vitória e o domínio do “neoliberalismo”. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, opositor histórico e ligado a um partido, outrora de tendência socialista, representou a esperança de um ponto de inflexão nessa política liberal nefasta aos interesses da nação e da classe trabalhadora em geral, bem como para a economia brasileira.

² No governo de FHC e Lula, a União tem como norma a política de *superávit* primário elevado, ou seja, o governo arrecada mais do que gasta, por esse motivo não se endividou, como é popularmente divulgado. A dívida interna cresceu decorrente: a) das despesas com juros; b) da instabilidade cambial, no fim dos anos 90, quando o governo FHC vendia títulos com correção cambial, que evitou que bancos e empresas fossem a falência; c) do crescente influxo de capitais atraídos pela elevada taxa de juros doméstica; e d) dos chamados “esqueletos” que foi a renegociação das dívidas dos estados e municípios. Então, os credores não emprestaram seus recursos ao setor público, mas foram salvos e beneficiados pelo governo (CARVALHO, 2007:102).

Porém, o governo de Lula, durante os quatro anos do primeiro mandato, somente implementou medidas que, em parte, deram continuidade e, em parte, aprofundaram ainda mais o modelo econômico herdado do período anterior. Acontece que a acusação ao governo brasileiro de praticar uma política econômica neoliberal desapareceu da agenda, não somente dos políticos, mas também da mídia.

Esse artigo tem o objetivo de recolocar que o modelo econômico no governo Lula continua sendo neoliberal. A administração de Luiz Inácio Lula da Silva está a serviço do conservadorismo e do atraso. Representa um governo de conciliação que, por não ter um projeto próprio de nação, utiliza um projeto de poder e obtém apoio e legitimidade crescente das classes desfavorecidas, a ponto de ser novamente reeleito, em virtude do investimento social que reserva uma pequena parte dos recursos do Estado para estes eternos esquecidos. E Lula obteve retumbante vitória nos bolsões de pobreza e nos Estados mais pobres, devido justamente serem esses locais os mais beneficiados pelos programas de transferência de renda.

Além dessa introdução, o trabalho se divide em três itens. O primeiro trata do período de Fernando Henrique Cardoso. No item seguinte aborda o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. E, finalizando, defende a criação de uma proposta de desenvolvimento que procure combater as mazelas históricas que fazem parte dessa nação chamada Brasil.

O PERÍODO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

No início dos anos 90, os conservadores e seus economistas de plantão conseguiram convencer a sociedade brasileira que o desenvolvimento econômico do Brasil deveria ser definido em novas bases. Afirmaram que o modelo brasileiro, baseado em substituição de importações e financiamento inflacionário do Estado, era o único responsável pela crise por que passava a economia. E sentenciaram que esse modelo estava irremediavelmente esgotado.

Para esse grupo de analistas, o modelo de substituição de importações tornou-se predominante, na economia brasileira, uma multiplicidade de fatores que encareciam o custo da produção e dificultavam o crescimento do país, ou seja, surgia a famosa “*Tese do Custo Brasil*”.

Dentre os fatores que dificultavam o desenvolvimento econômico brasileiro, atrapalhavam a iniciativa privada e desestimulavam os investimentos destacavam-se: 1) o custo de transporte e infra-estrutura – a inexistência de estradas adequadas e estradas esburacadas, linhas ferroviárias obsoletas e portos ineficientes e sucateados, onerando o custo de transporte e a exportação de mercadorias; 2) no setor produtivo, observavam a existência de uma carga fiscal elevada, juros altos e uma baixa produtividade de determinados setores, além de custos da mão-de-obra e das elevadas contribuições sociais que encareciam muito os nossos produtos - acrescenta-se ainda o predomínio de empresas de controle e de base familiar; 3) protecionismo e excesso de privilégios, produzindo ineficiência e dificultando o aumento da produtividade e a inexistência de competidores a altura; 4) um setor público com excesso de burocracia que tornava os produtos brasileiros menos competitivos e com elevados custos financeiros, como reflexos da própria política monetária e cambial.

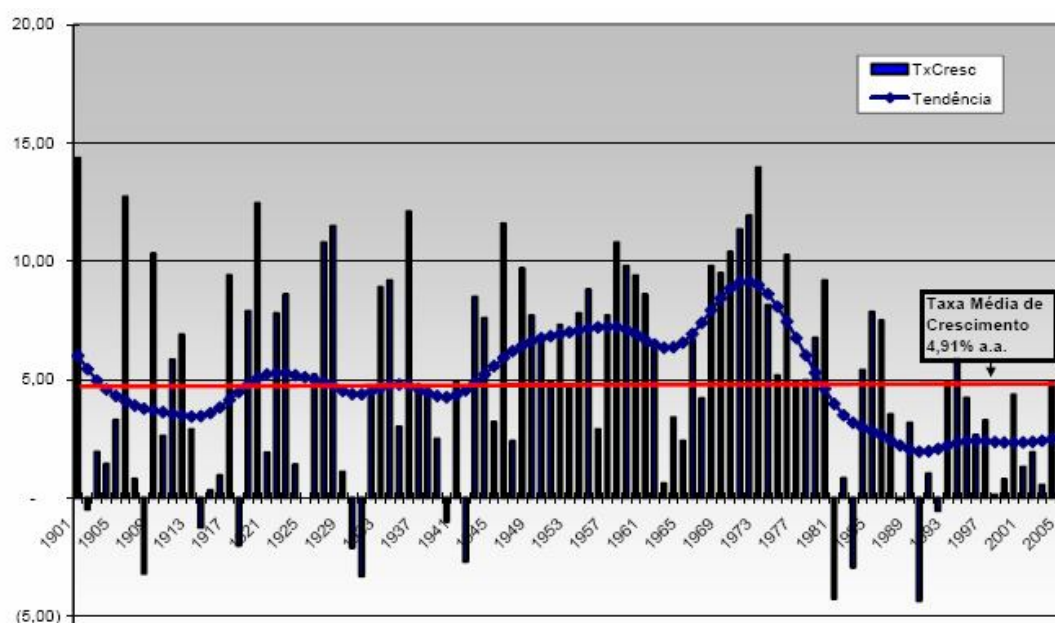


Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB e tendência secular (1900-2005) - % a a.

Fonte: In: Vieira (2007:2)

O discurso hegemônico afirmava que a herança do modelo de substituição de importações era responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira a partir dos anos 80 do século passado. A economia brasileira que entre 1932-1980 cresceu a uma taxa média anual de 6,8%, apresentava no período de 1981 - 2004 um crescimento médio de apenas 2,2%, inflação galopante e vários gargalos e ineficiência que dificultavam a atividade privada.

Os empresários brasileiros expostos prematuramente à concorrência internacional, num contexto econômico cada vez mais globalizado, forneceram mais elementos para que as elites conservadoras e seus intelectuais afirmassem ser necessário elevar a competitividade brasileira a nível internacional, baixando *o Custo Brasil* e equipando os nossos produtores de condições iguais ou até melhores que os dos nossos competidores estrangeiros. Dessa forma, *o Custo Brasil* foi apontado como sendo o grande obstáculo para o crescimento da economia brasileira³.

Os contornos desse novo modelo de desenvolvimento brasileiro foram delineados e realizados pela equipe econômica do então governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, tendo como um dos principais ideólogos o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco. Esse modelo propunha a retomada do desenvolvimento com justiça social, possibilitado pelo círculo virtuoso do aumento da produtividade, decorrente da abertura externa da economia que se inseria virtuosamente no chamado processo de globalização da economia mundial, aliado a um programa de privatizações que retirasse o Estado da atividade econômica e recuperasse a primazia do mercado no comando desse processo.

³ Nessa realidade, os governos Collor e FHC, via meios de comunicação, divulgaram **teses liberalizantes que se transformaram em mitos e demonstraram, com sua aplicação, serem falsa e não terem correspondência na realidade brasileira**. Segundo Marcio Podmann (2001), foram oito mitos produzidos pelo neoliberalismo no Brasil durante a década de 1990: 1) o mito de que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação no nível de ocupação; 2) a abertura comercial e a internacionalização da economia permitiriam a modernização do parque produtivo, assim como a redução do desemprego; 3) o avanço da “nova economia” seria favorecido no Brasil pela aceitação passiva do tecnoglobalismo; 4) o rompimento da política de desenvolvimento regional no Brasil possibilitaria a conformação de um país menos desigual com acentuada expansão das regiões menos desenvolvidas, especialmente no que diz respeito ao nível de emprego; 5) de fato a desconcentração da renda a partir do estabelecimento da estabilização monetária; 6) custo do trabalho no Brasil muito elevado, ocasionando a perda de competitividade empresarial e gerando desemprego e ocupações informais; 7) o argumento favorável à desresponsabilização do Estado para com o rendimento dos trabalhadores de salário de base, como forma de levar à redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho e à elevação dos salários de acordo com os ganhos de produtividade; 8) a idéia-força de todo o projeto neoliberal dos anos 90: acabar com a Era Vargas.

O sucesso do Plano Real possibilitou que a agenda de estabilização (equilíbrio fiscal e monetário) fosse modificada, passando, o governo FHC, a trabalhar na construção de uma agenda de desenvolvimento. O novo modelo que se esboçava apresentava, como mola mestra do processo de desenvolvimento da economia brasileira, a via de crescimento da produtividade. O investimento privado sentir-se-ia estimulado e confiante para ser realizado, baseado num quadro macroeconômico básico de estabilidade dos fundamentos da economia e não mais como consequência de um “projeto nacional”, em que o governo atua como agente principal nesse processo.

Esse projeto, de nossas elites tucanas, teve relativo sucesso na política de estabilização monetária do Real, mas tornou-se a fonte principal de impedimento do crescimento econômico e de uma ação consciente de desenvolvimento da economia brasileira, colocando o Brasil numa armadilha de curto prazo, circular e cumulativa, que tem atualmente nas altas taxas de juros e nas metas inflacionárias, *superávit* primário e liberalização da conta capital e câmbio flexível, os seus alicerces. Há mais de uma década acreditamos que a estabilidade da moeda e o modelo liberal irão possibilitar o crescimento. **Sempre acreditamos que, no futuro próximo ou em alguns meses, o país vai crescer.**

Como ressaltou o economista Luís Nassif, na sua coluna da Folha de São Paulo (2003):

“Especialmente a partir do Plano Real, na era Fernando Henrique Cardoso-Pedro Malan, a economia brasileira tornou-se prisioneira do crescimento baixo. Em todo esse período, a teoria econômica dominante vendeu um peixe que jamais entregou. A idéia central era a da abertura cambial completa, sem nenhum empecilho ao livre trânsito de capitais. A abertura proporcionaria os seguintes movimentos:

1. Em um primeiro momento, entrariam capitais especulativos, como se fossem batedores testando o terreno das novas economias.

2. À medida que a segurança fosse sendo testada, entrariam os capitais de médio prazo.

3. Consolidados os dois primeiros movimentos, o risco país diminuiria, as taxas de juros cairiam e viria capital de investimento abundante, trazendo o espetáculo do desenvolvimento.

Nada disso ocorreu no período. A economia se viu prisioneira de crises cambiais sucessivas, que a submeteram a processos de stop-and-go, abortando planos de investimento das empresas, reduzindo o mercado interno e adiando indefinidamente o tal - espetáculo do desenvolvimento.

Nove anos depois, mesmo com nenhuma das promessas cumpridas, o modelo continua hegemônico, sendo implementado mecanicamente, a economia permanece parada, exposta a crises cambiais periódicas provocadas por qualquer solavanco da economia internacional ou da política interna“.

Uma década depois de iniciado o desmonte do modelo desenvolvimentista, com a implementação do programa de governo de FHC, o balanço é claramente desalentador. Do ponto de vista da economia real, que é o que interessa à maioria da população, no governo de FHC o país apresentou um crescimento médio anual 2,3%, ou seja, menor que na “década perdida”. Nesse período, a taxa de desemprego dobrou, a taxa de investimento não ultrapassou a casa dos 18%, enquanto, por outro lado, caía a participação dos salários na renda nacional e aumentava a concentração de renda e riqueza.

TABELA 1 – Participação dos salários no PIB: período 1990-2003 (em %)

ANOS	Remuneração dos Trabalhadores (a)	Salários (b)	Rendimento dos autônomos (c)	Excedente Operacional Bruto(d)	Impostos sobre a Produção (e)	(a) + (c)
1990	45,4	36,4	6,9	32,6	15,1	52,3
1991	41,6	32,0	7,0	38,5	12,9	48,7
1992	43,5	34,6	6,3	38,0	12,2	49,8
1993	45,1	35,9	6,3	36,4	13,2	51,4
1994	40,1	32,0	5,7	38,4	15,8	45,8
1995	38,3	29,6	5,9	40,3	15,6	44,2
1996	38,5	28,8	5,7	41,0	14,8	44,2
1997	37,5	27,8	5,6	42,8	14,2	43,0
1998	38,9	28,1	5,6	41,6	14,0	44,5
1999	38,1	27,4	5,7	40,5	15,6	43,8
2000	37,9	26,8	5,3	40,6	16,2	43,2
2001	37,0	26,4	5,0	40,9	17,0	42,1
2002	36,1	26,1	4,6	41,9	17,4	40,7
2003	35,6	25,7	4,5	43,0	16,9	40,1

Fonte: In: Costanzi, (2005:12)

Os dados das Contas Nacionais do IBGE revelam que caiu a participação da renda do trabalhador no PIB, entre 1990 a 2002. Nesse período ocorreu uma grande transferência de renda da classe trabalhadora para os lucros das empresas e para os cofres públicos. A participação da remuneração dos trabalhadores no PIB caiu de 45,4%, em 1990, para 36,1% em 2002. Por outro lado, a participação do capital – lucro, juros e dividendos - cresceu de 32,6% para 41,9%, no mesmo período, e os impostos cresceram de 15,1% para 17,4% .

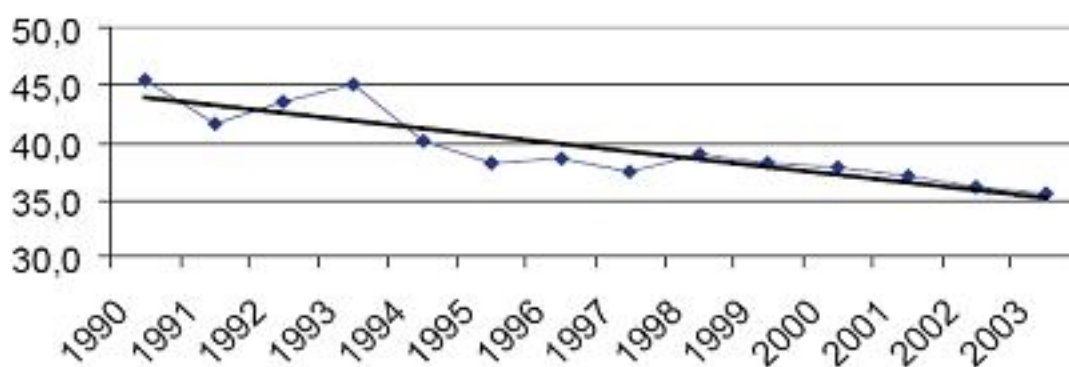


Gráfico 2 – Rendimento dos empregados/PIB – em %

Fonte: Costanzi, (2005:12)

Esses dados são confirmados pelo trabalho do professor Waldir Quadros (2007) do Instituto de Economia da Unicamp, que revela que a estratificação social do Brasil continuou piorando. Em 2007, o discurso do governo, os dados da PNAD⁴ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, os trabalhos do IPEA (Instituto de Pesquisa econômica e Aplicada) e da FGV (Fundação Getulio Vargas) do Rio de Janeiro apresentavam a melhora da estrutura social, com redução da miséria e uma ascensão social na classe média. Todavia, acontece que ocorreu um gradativo encolhimento da classe média – da “alta” e “média” classe média.

⁴ Esses trabalhos não captam a renda gerada pela riqueza, principalmente a riqueza financeira, e só captam os dados da renda do trabalho. Como a classe média tem sua renda diminuída e o governo pratica uma política de recuperação que elevou o salário mínimo e, ainda, fornece uma proteção aos miseráveis, os dados apresentam essa redução estatística da desigualdade na renda do trabalho. É isso que está sendo interpretado como melhoria das condições sociais, que oculta a piora na concentração da renda.

Nessa época, o efeito redistributivo constatado, com a diminuição do número de miseráveis, foi devido à política social focalizada, que procurou e foi capaz de evitar uma explosão social ao assistir esse grupo da população. Benefícios como o Bolsa Família, como a aposentadoria rural, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) aos idosos urbanos e deficientes carentes etc., causaram, nesse caso, um efeito redistributivo.

Entretanto, como a extensão da miséria brasileira é tão grande e o Brasil é tão desigual e pobre, um simples programa de transferência de renda apresentou enorme impacto sobre a distribuição de renda e a vida das famílias mais pobres. Acontece que essa administração da situação social não pode ser confundida com melhoria da estrutura social, uma vez que está havendo um inchamento da chamada classe média (Nassif, 2008).

Mesmo assim, em oito anos de governo FHC, o Brasil sofreu modificações importantes e não podemos negar que o Brasil apresentou alguma melhora nos últimos anos. Em dez anos, o Brasil melhorou seus níveis de escolaridade e reduziu o trabalho infantil. O brasileiro endinheirado e a classe média conseguiram comprar mais bens de consumo de luxo, tais como computadores, telefones, geladeiras e televisores, etc. Como exemplo, podemos citar que, no mês de novembro de 2003, o total de telefones celulares em uso, no Brasil, já havia ultrapassado 43 milhões.

Os índices de saúde e educação também melhoraram. Mas, a melhora na saúde e na educação ocorreu em quase todo o mundo e o Brasil não foi exceção e nem sequer se destacou nessas áreas. Ainda mais: parte considerável da população ainda não tem acesso à rede de esgoto e, nos últimos cinco anos, a renda de quem trabalha caiu assombrosos 12,3%. Esse é o balanço que surge dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004.

Os dados da PNAD revelam que o Brasil tem um modelo de desenvolvimento que provoca problemas alarmantes. A nossa elite faz questão de não perceber que é um modelo elitista, que faz com que muitos dos brasileiros consigam ter telefone, geladeira e televisão e com que a grande maioria não tenha sequer acesso a uma rede de esgoto sanitário em suas casas.

No ano de 2001, encontrávamos uma proporção de moradias com telefone correspondente a 61,6%, enquanto apenas 46,4% contavam com rede coletora de esgoto. O acesso a telefones fixo ou móvel triplicou, se comparado a 1992, quando apenas 19% das casas possuíam uma linha. Esse resultado foi fruto do aumento da oferta do serviço de telefonia após a privatização do sistema de telecomunicações, há cinco anos. Por outro lado, a abrangência da rede coletora de esgoto, ainda que tenha aumentado em dez anos (a taxa em 1992 era de 38,9%), manteve-se como o serviço com menor cobertura, ao lado de itens como abastecimento de água, luz elétrica e coleta de lixo.

Esse modelo aprofunda o predomínio do consumo suntuário das elites tradicionais, que imitam os padrões de consumo dos países de elevado nível de desenvolvimento e deixa a grande maioria da população brasileira vivendo na miséria ou a custa das políticas assistencialistas. E, enquanto uma grande maioria da população brasileira passa fome por não possui terras para produzir, suas melhores terras e águas são utilizadas pelo agronegócio para produzir alimentos que serão consumidos nos países ricos.

Tabela 2 – Índice de Gini de países escolhidos, ordenados pelo valor do indicador.

Posição	País	Índice de Gini	Ano de Referência
1º	Dinamarca	0,247	1997
2º	Japão	0,249	1993
3º	Bélgica	0,250	1996
4º	Suécia	0,250	2000
5º	República Checa	0,254	1996
6º	Eslováquia	0,258	1996
7º	Noruega	0,258	2000
8º	Bósnia e Herzegovina	0,262	2001
9º	Usbequistão	0,268	2000
10º	Finlândia	0,269	2000
32º	Índia	0,325	1999
74º	Estados Unidos	0,408	2000
88º	Uruguai	0,446	2000
89º	Bolívia	0,447	1999
90º	China	0,447	2001
93º	Guiné-Bissau	0,470	1993
98º	Venezuela	0,492	1998
100º	Peru	0,503	2000
104º	Nigéria	0,506	1996
106º	Argentina	0,522	2001
112º	Zimbábue	0,568	1995
113º	Chile	0,571	2000
114º	Colômbia	0,576	1999
115º	África do Sul	0,578	2000
117º	Brasil	0,593	2001
121º	Serra Leoa	0,629	1989
122º	Botswana	0,630	1993
123º	Namíbia	0,707	1993

Fonte: Dieese (2006:3)

Dessa forma, apesar dos avanços do consumismo elitista, via crediário, entre os que possuem baixo rendimento, constatamos que a concentração da renda elevou e acentuou as desigualdades, o que põe o Brasil na sexta colocação entre os países de pior distribuição de renda do mundo. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, no Brasil, subiu de 0,63 para 0,65. Em 3.654 municípios a distribuição de renda piorou ao longo dos anos 90, ou seja, em 66,35% dos municípios brasileiros; em 370, permaneceram iguais (6,72% dos municípios); e em somente 1.483 municípios, melhorou (26,93% de municípios). O Brasil encerrou o século 20 como o país com a sexta pior distribuição de renda do mundo, segundo as Nações Unidas, a frente apenas de nações como Namíbia, Botsuana e Serra Leoa.

O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

No momento em que o governo Lula tomou posse, deparou-se com esse modelo neoliberal. Estava diante de um dilema sobre as ações e iniciativas a adotar: ruptura ou continuidade? Continuar a política do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, sob os auspícios do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) ou romper com essa trajetória e reorientar a política macroeconômica, implementando um novo projeto com objetivos e propósitos alicerçados nas idéias progressistas históricas do partido dos trabalhadores?

A alternativa escolhida foi, claramente, a de dar continuidade e aprofundamento do modelo anteriormente adotado, não somente no campo da política de gerenciamento macroeconômico de curto prazo, mas também na implementação e aprofundamento do desastroso modelo liberal dos anos 90, haja vista a prioridade dada e a forma como foram implementadas as reformas previdenciária e tributária pelo Congresso.

Nesse momento, porém, o Partido dos Trabalhadores já era sabedor de que a implantação desse modelo na América Latina provocou uma grave crise nesse continente, decorrente, fundamentalmente, da utilização das políticas neoliberais. A América Latina

tornou-se a região mais instável, em termos econômicos, sociais e políticos do mundo, e, atualmente, paga o preço, pela submissão por parte de suas elites, da adesão ao receituário neoliberal (SADER, 2005).

Em diferentes países (Argentina, Haiti, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Guatemala, Nicarágua, Peru e Brasil), verificou-se uma crise, ou melhor, a mesma crise sob formas diferenciadas. A Argentina, por exemplo, por ter sido o país que mais seguiu à risca o receituário neoliberal, teve a crise mais grave e foi a maior vítima do neoliberalismo na América Latina.

O balanço do neoliberalismo na América Latina, feito pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), na sua reunião em São Paulo, entre os dias 13 e 20 de junho de 2004, apontou o México como o melhor exemplo do fracasso neoliberal. Nos 10 anos de vigência do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), o salário real da maioria dos trabalhadores diminuiu, aumentou a desigualdade e os trabalhadores do campo viram recair sobre suas costas o preço mais duro dos ajustes fiscais.

Nos principais países da América Latina, a implementação das políticas neoliberais e de planos de estabilizações econômicas, inicialmente, possibilitaram a seus idealizadores um alto índice de popularidade e sua transformação em “heróis”. Com a crise, esses liberais tiveram que fugir do país ou foram parar na cadeia, a exemplo de Salinas e seu irmão (no México), Fujimori (no Peru), Menem e Cavallo (na Argentina). No Brasil, os nossos “neoliberais” - que realizaram essa **nociva política de lesa-pátria** - estão, confortavelmente, quase todos os dias, nos meios de comunicação, querendo aparentar uma “eficiência” que nunca existiu.

Em nosso país não foi diferente. O governo de Fernando Henrique Cardoso também realizou uma política nociva para a nação. E, enquanto na década de 50 a média de crescimento havia sido 7,2%, nos anos 60 essa média fora de 6,1%, em 70 atingiu 8,0% e, na “década perdida”, apenas 3,0%. A era dos liberais Collor e FHC, nos anos 90, apresentou uma taxa média de crescimento de apenas 1,8%.

Leda Paulani e Christy Pato (2005) mostram que a economia brasileira nos últimos 30 anos apresentou uma elevação nos gastos da Conta Serviços de Fatores no balanço de

pagamentos, onde os recursos de remessa de lucros, dividendos e juros cresceram 1.085%, enquanto o PIB brasileiro aumentou só em 129% e o PIB *per capita* cresceu apenas 49%, no mesmo período.

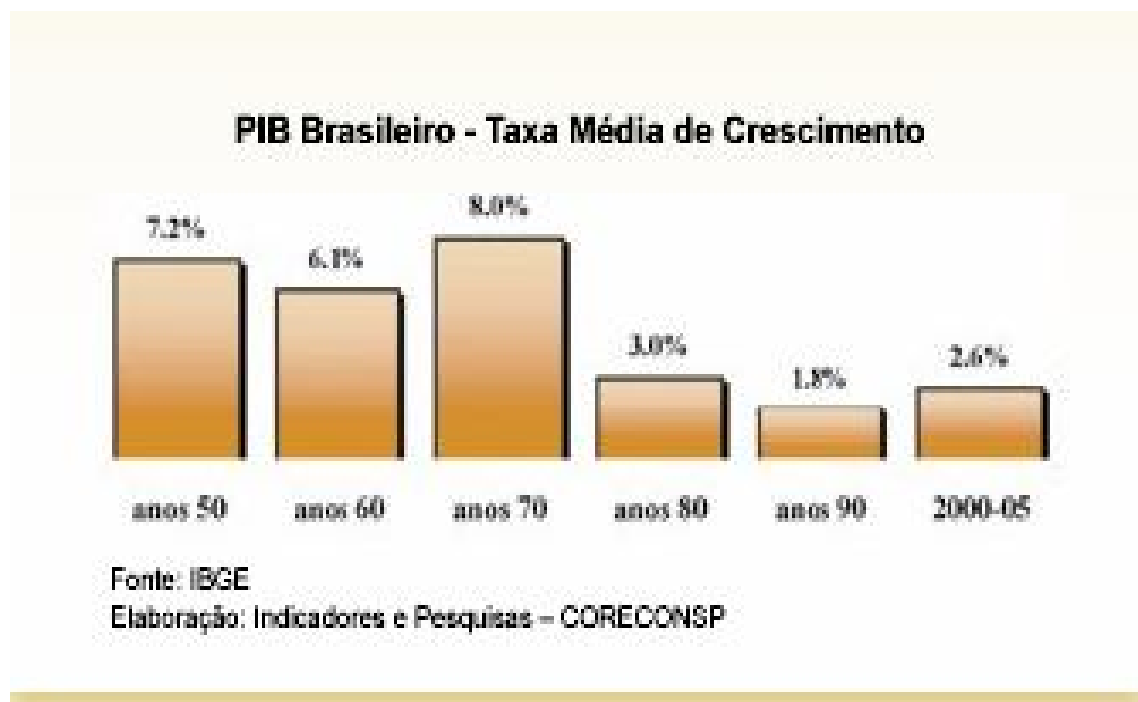


Gráfico 3 – Taxa de Crescimento médio do PIB brasileiro

Essa elevada remessa de recurso foi viabilizada pelas reformas na Constituição Federal de 1988. Essa constituição tinha como objetivo reduzir as desigualdades sociais no Brasil, mas passou a ser considerada um elemento do “custo Brasil” e um entrave, sendo constantemente modificada em proveito do capital, pelos governos brasileiros dos anos 90.

Nessa linha, diversas medidas econômicas procuraram beneficiar os grandes capitais. Foram dadas isenções de tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, de remessa de lucros para o exterior, sobre lucros de filiais de empresas brasileiras no exterior e, ainda, dedução da parcela referente aos juros sobre o capital próprio do lucro tributável das empresas. Todas essas medidas de isenções atingiram somente grandes capitalistas e suas empresas, pois as pequenas e médias empresas não distribuem lucros ou dividendos, não remetem recursos para o exterior, nem possuem filiais fora do país.

Analisando as últimas década de crescimento econômico, Paulani e Pato revelam ainda o pífio desempenho econômico dos anos “neoliberais”. Constatam que enquanto o PIB brasileiro nos anos 50 cresceu 99% e o PIB *per capita* 48%, esse mesmo PIB nos anos 60 cresceu 80% e o PIB *per capita* 35,5%. Já nos anos 70, o PIB cresceu 131% e o PIB *per capita* 76%. Na chamada “década perdida”, os anos 80, o PIB cresceu 33,5% e o PIB *per capita* 10%. A década 90, nos anos Collor e FHC, apresentou um crescimento do PIB de apenas 19% e do PIB *per capita* um insignificante 1,57%.

Ao entregar o governo, os tucanos deixaram a economia brasileira em péssimas condições e até quase sem crédito externo para as importações. Apesar do resultado catastrófico do governo FHC, deixado como herança, nossas novas elites políticas, ou seja, Lula e o “núcleo duro” do Palácio do Planalto – formado pelos ministros José Dirceu (Casa Civil), Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Comunicação) e Luiz Dulci (Secretario Geral) –, mantiveram-se dispostos a seguir em frente nesse caminho. O estado brasileiro, na era Lula, diante da opção de acumulação e legitimação, preferiu, claramente, ambas; só que em favor e no interesse dos mercados – fundamentalmente, os mercados financeiros globalizados.

Por essa linha, conforme já salientado, os primeiros resultados macroeconômicos foram euforicamente comemorados pela mídia conservadora nativa⁵, ao longo de todo o ano de 2003, e com o crescimento de 4,9%, em 2004. Porém, ao final do primeiro mandato os números do crescimento, embora um pouco melhor não revelavam uma diferença marcante em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tabela 3 - Taxa média de crescimento do PIB: Brasil X Mundo: 1995-2006 (em % a.a.)

MANDATO	PÉRIODO	BRASIL	MUNDO
1 ^o . Governo FHC	1995/1998	2,7	3,9
2 ^o . Governo FHC	1999/2002	2,2	3,8
Governo FHC	1995/2002	1,7	3,1
1 ^o . Governo Lula	2003/2006	2,7	5,2

Fonte: In: PSDB, (2006)

⁵ Exemplo rede Globo e a revista Veja.

Uma comparação entre o primeiro governo Lula, 2003/2006, e o primeiro mandato de FHC, 1995/1998, revela uma mesma taxa média de crescimento econômico de 2,7% ao ano. Acontece que se tratam de dois períodos bastante diferentes. Na era de FHC, o mercado internacional passou por diversas crises. Esse período foi muito ruim para os países emergentes, de tal forma que diversos deles quebraram. Ocorreu a crise Mexicana de 95, a crise dos países asiáticos em 97 e, em 98, a crise da Rússia. Ainda em 98 aconteceu a quebra de fundos de investimento americano e do Brasil, em 99. A Argentina em 2001, também enfrentou uma crise. Assim, o período FHC tratou-se de um período marcado por grande instabilidade internacional.

Uma conjuntura diferente começou a se formar a partir de 2003 quando tomou posse o governo Lula. A economia mundial iniciou uma das suas melhores fases das últimas décadas. O cenário mundial começou a apresentar elevado crescimento em todas as regiões, aumento do volume de investimento, melhora dos negócios e juros em queda no mundo inteiro.

Nessa nova realidade, o comando da economia continuou entregue aos economistas ortodoxos e conservadores, pessoas com vínculos históricos com mercado financeiro e que fez parte do aparato econômico de governo anterior. Apesar de toda essa atenção dada ao mercado pelo governo do PT, ainda hoje, o alto endividamento do setor público brasileiro continua sendo um dos itens principais da vulnerabilidade do país⁶ e, segundo o “mercado”, levará bastante tempo para ser resolvido. Ainda há problemas para a recuperação da economia brasileira, apesar da melhora dos indicadores e dos mercados no último ano. Para os mercados, o Brasil ainda tem nível de dívida muito alto. A dívida interna está acima de 50% do PIB. É um problema que não pode ser resolvido da noite para o dia e, ao contrário

⁶ Em meio a comemorações pelo crescimento das exportações e da produção industrial de 2005, o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, em declarações à imprensa, mostrou os equívocos e as fragilidades da política econômica do governo Lula, que tratou o ajuste fiscal herdado do governo FHC como programa de governança do país. Da entrevista do ministro ao colunista Celso Ming (2005), depreende-se, clara e objetivamente, que o governo Lula continua a dever soluções para resolver: 1) a sobrevalorização do real, que compromete a balança comercial; 2) a inflação puxada por tarifas públicas; 3) a base fundamentalista que sustenta a política das metas de inflação; 4) o proselitismo paralisante que tomou conta das negociações comerciais; 5) a “altivez” diplomática pregada por Lula e Celso Amorim (Itamaraty), mas que não é empregada para negociar com a Argentina; 6) a política industrial de “papel”; 7) os juros altos que continuam a atrair capitais especulativos e a meter o medo nos investidores produtivos; 8) a precariedade em investimentos públicos para dotar o Estado de estrutura competitiva, como no caso do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que levou dois anos para ganhar “sistemas eletrônicos de última geração”.

da atual política, faz-se necessário um crescimento sustentado para reduzir essas proporções em relação ao PIB, a menos que o país adote medidas mais radicais.

O governo brasileiro gastou em 2007, com o pagamento de juros, pouco mais de 6% do Produto Interno Bruto. O percentual foi o menor desde 1997, quando o governo gastou aproximadamente de 5% do PIB. No entanto, apenas em 2007, gastou-se mais de R\$ 160 bilhões com pagamento de juros. O montante é mais de três vezes superior ao que estava previsto para ser gasto na área da saúde, R\$ 43,9 bilhões, e 59 vezes mais do que tudo que foi gasto com educação pelo governo federal, R\$ 2,7 bilhões⁷.

Esse gasto com o pagamento de juros está atrelado ao valor da Taxa Selic, que é regulada pelo próprio Banco Central. Quanto maior os juros, maiores são os pagamentos aos credores do Estado e menor é a facilidade para a economia brasileira crescer. Ocorre que o Banco Central, com sua política de metas de inflação, teme que um corte maior na taxa de juros gere inflação. Em contrapartida, os aplicadores em títulos públicos estão muito felizes, sendo remunerados por taxas de juros altíssimas, sem paralelo a nível internacional.

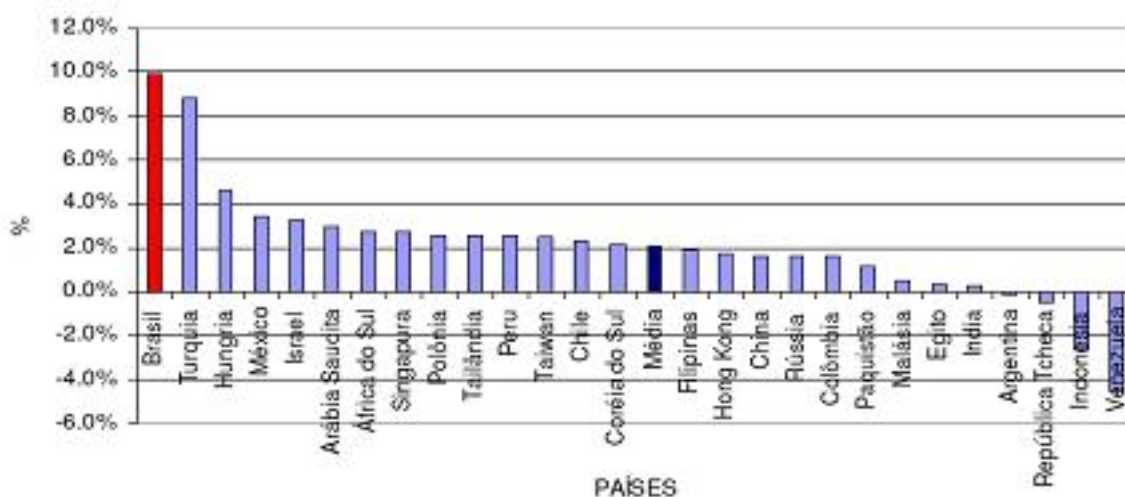


Gráfico 4 – taxa de juros reais nos mercados emergentes

Fonte: In: PSDB, (2006:3)

⁷ Para um comparativo dos gastos públicos e as prioridades que tem o governo Lula é bom ter em conta que, no seu primeiro mandato, o governo gastou R\$ 63 bilhões com a área da educação, R\$ 137 bilhões na pasta da saúde e R\$ 12 bilhões com a reforma agrária.

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, o chamado “mercado” recebeu R\$ 590 bilhões somente em juros. Deste total, R\$ 330 bilhões, ou seja, 56% do total, foram quitados com recursos de impostos cobrados da sociedade e retirados das áreas da saúde e da educação, por exemplo. Os R\$ 260 bilhões restantes foram conseguindo via empréstimo junto a esse mesmo “mercado”, que assim ganhará mais juros por esse ato.

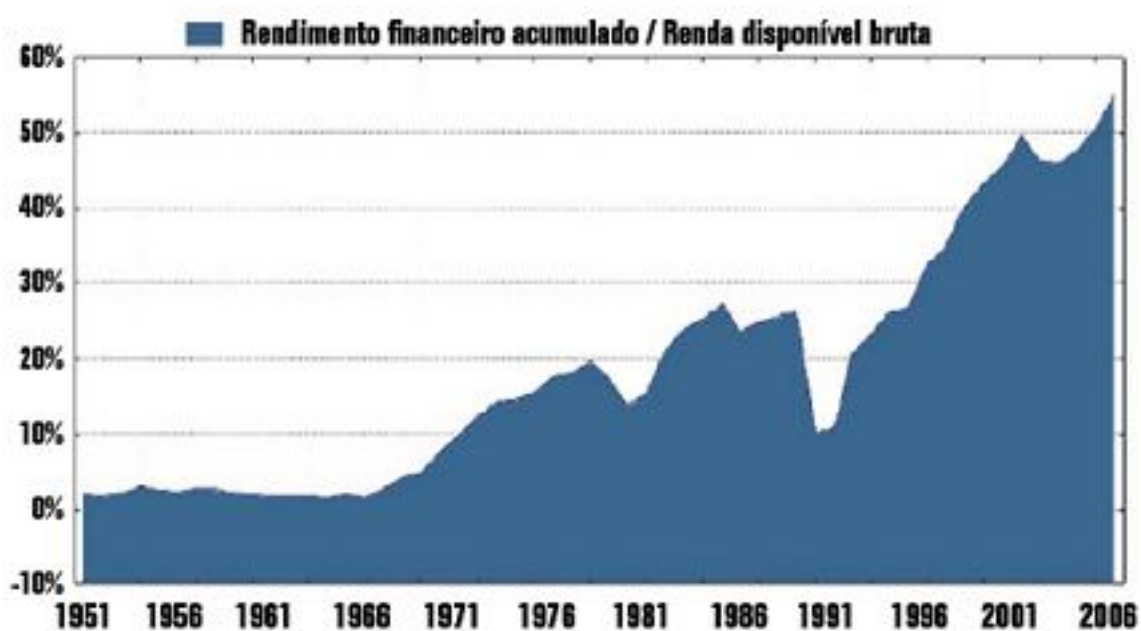


Gráfico 5 – Explosão da renda com juros no Brasil depois de 1991: (1951-2006)

Fonte: Momento Nacional (2008:4)

Foi essa política de juros elevados o principal elemento que levou o Brasil a tornar-se credor internacional, servindo não só para recuperar as reservas e a confiança dos credores internacionais, mas também para provocar uma desvalorização ainda maior das cotações do *câmbio*. Dessa maneira, o governo Lula substituiu dívida externa por dívida interna, elevando o estoque da dívida interna com o processo de acumulação de reservas. A compra de reservas obrigou a emissão de moeda nacional, que foi trocada por títulos públicos, para que o excesso de reais não provocasse uma elevação da taxa de inflação. Esse processo causou um prejuízo ao Banco Central do Brasil de R\$ 47,5 bilhões, somente

no exercício de 2007. Ao longo do governo Lula essa política elevou a dívida em moeda nacional em cerca de R\$ 360 bilhões, segundo cálculos da Folha de São Paulo⁸ (PATU e CRUZ, 2008).

O custo de acumular reservas foi possível, graças a uma rara combinação de superávit comercial, atração de capital para investimentos e de capital especulativo. Assim, as reservas se elevaram de US\$ 49,3 bilhões para US\$ 187,5 bilhões em pouco tempo. O custo dessa operação, porém, é muito caro, não sendo revelado pelo Banco Central. O cálculo da Folha se baseou no volume de reais injetados no mercado a cada mês para a aquisição de dólares, que somam, desde 2004, R\$ 301,1 bilhões, cujo valor foi corrigido pela taxa Selic mensal – chega-se a exatos R\$ 358,7 bilhões.

Tabela 4 - Dívida líquida do setor público consolidado - total (saldos em R\$ Milhões Correntes)

Período	Dívida total
1991	56,07
1992	678,33
1993	17.714,65
1994	153.162,92
1995	208.460,27
1996	269.193,43
1997	308.426,25
1998	385.869,63
1999	516.578,67
2000	563.163,14
2001	660.867,01
2002	881.108,07
2003	913.145,13
2004	956.996,39
2005	1.002.484,66
2006	1.067.363,48
2007	1.150.357,31

Fonte: Banco Central do Brasil - DEPEC

⁸ “A metodologia é sujeita a alguma imprecisão, porque a emissão de moeda também pode ser neutralizada de outras formas menos costumeiras ou pela venda de títulos não corrigidos pela Selic. Mas o valor apurado é conservador, porque as taxas dos demais papéis normalmente superam a Selic e, além disso, o cálculo só leva em conta os juros a partir do mês seguinte às emissões de moeda” (PATU e CRUZ, 2008).

Pelo lado dos investimentos financeiros ocorre o predomínio da política de arbitragem simples e direta. O investidor consegue empréstimo externo (dólar) em um país que possua baixas taxas de juros e aplica o dinheiro no Brasil. Remunerado pela alta taxa de juros brasileira, o investidor vende os Reais e ganha com a diferença dos juros pagos para pegar dólar e do arrecadado com os juros brasileiros (*spread*). Como ao longo da aplicação o Real ficou valorizado, o mesmo aplicador, ainda ganha com a desvalorização do dólar frente o real⁹. Ganha ainda com a diminuição de sua dívida, em dólares, que sofre uma redução durante o período da aplicação do dinheiro no Brasil.

Não é sem razão que o mega investidor *Warren Buffet*, considerado pela revista *Forbes* o homem mais rico do mundo, disse estar investindo no Brasil. De acordo com *Buffet*, o Real é o melhor investimento do mundo. Taxas de juros elevadas, risco baixo, garantido por superávits primários expressivos, decorrentes do desvio de verbas destinadas para investimentos sociais ou infra-estrutura. A política econômica brasileira forçou o aumento da carga tributária para pagar juros exorbitantes, novamente o mais alto do mundo, a um “pobre” como *Buffet*. E os conservadores e seus intelectuais ainda acusam o governo Lula de gastar demais com custeio de pessoal, previdência e com gastos sociais.

Conforme se percebe, o projeto de “modernização”, no governo Lula, é um projeto de modernização conservadora. Na sua realização, remunera muito bem e melhor ao capital internacional, dando mais liberdade, as custas do gasto de custeio e de investimento do Estado, com conseqüente controle e corte do gasto social via DRU (Desvinculação das Receitas da União). **É um projeto que exige que todos sejam mais eficientes, mais produtivos, mais econômicos e mais gananciosos, onde os ricos ficam mais ricos e o contingente de pobres aumenta.** Nesse modelo, cresce cada vez mais o excedente operacional bruto (juros, lucro, renda da terra e aluguéis) que fica nas mãos dos capitalistas.

⁹ “No começo do ano transferei meus parques US \$ 1.000.000,00 das Ilhas J. para o Brasil convertendo-os em R\$ 2.139.000,00. Para ajudar na melhora das condições sócio-econômicas do País, apliquei em títulos do governo que tem uma pequena taxa de rendimentos de 11,25%. Se Deus quiser ao fim do ano terei R\$ 2.380.000,00. Mas como pretendo viver definitivamente nas Ilhas J., vou mandar o dinheiro de volta em dólares. Com o dólar a 1,80 terei US \$ 1.322.000,00. Uma bela ‘bicicleta financeira’ com rendimento de 32% ao ano. Em moeda de gente grande, não alguns papéis pintados que andam por aí” (RODRIGUES, 2008).

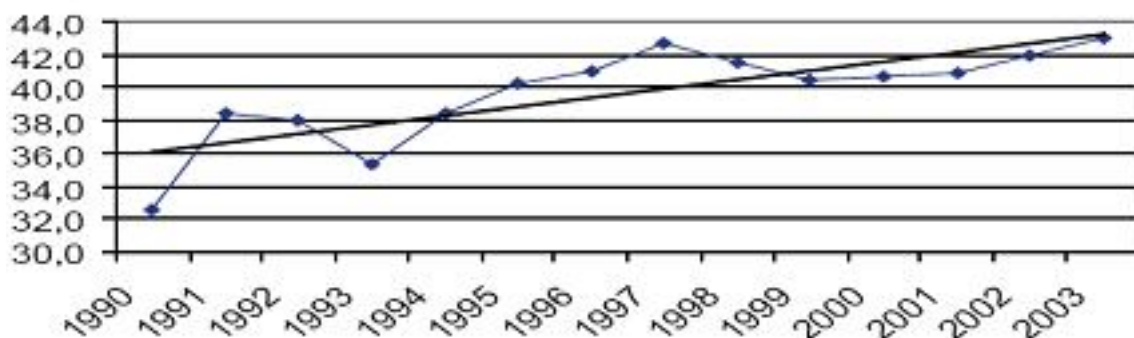


Gráfico 6 – Excedente Operacional Bruto/PIB – em %

Fonte: Constanzi (2005:14).

O gasto público foi elevado à condição de bode expiatório de todos os males, enquanto se praticam altíssimas taxas de juros que impõem limites à vida dos governos em todas as suas esferas (União, Estados e Municípios), originando a grande crise fiscal do setor público devido à política econômica equivocadamente escolhida, em benefício de uma pequena minoria, que representa uma recriação do “escravismo”, na feliz expressão do professor Márcio Pochmann.

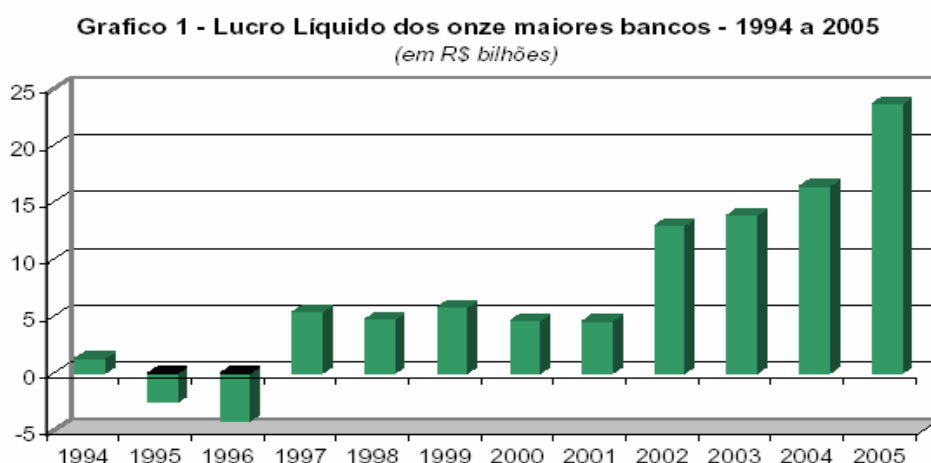
Tabela 5 – Lucros dos bancos

ANO	LUCRO DOS BANCOS (R\$ mil)
1996	-4.423.256
1997	4.235.378
1998	688.247
1999	13.089.980
2000	9.264.601
2001	814.201
2002	20.212.105
2003	19.071.440
2004	24.287.054
2005	33.844.079

Fonte: In:Summa, (2008)

Esse ajuste fiscal se processou via crescimento simultâneo dos gastos públicos e das receitas, com o crescimento da carga tributária viabilizando a obtenção de superávits primários crescentes para pagar a maior carga da despesa com juros, e não com os gastos com investimento ou as despesas correntes da atividade de governo.

Desse modo, foi no governo Lula que os lucros dos bancos brasileiros explodiram. Enquanto no governo de FHC, período 1996 a 2002, a média de lucros bancários foi de R\$ 6,3 bilhões, ano por ano, no período 2003 a 2005, a média anual subiu para R\$ 25,7 bilhões. Assim, como afirma Clovis Rossi (2008): “nunca nesse planeta (ou qualquer outro) banqueiros se divertiram tanto com o ‘socialismo’”.



Fonte: BCB/Austin/Balanços Anuais dos Bancos
Elaboração: DIEESE. Rede Bancários.

Gráfico 7 – Lucro Líquido dos Onze Maiores Bancos – 1994 a 2005 (em bilhões)

Para os mercados, embora a performance do Brasil, desde a eleição de Lula, mereça elogios, ainda há um longo caminho pela frente. As reformas previdenciária, tributária e trabalhista ainda são essenciais e muito cobradas, para que o governo brasileiro não perca a confiança desses “mercados”. A disciplina fiscal é essencial para manter a confiança, especialmente a aderência ao superávit primário de 4,25% ou 3,75%, no curto e no médio prazo. Como se constata, o mercado financeiro está sempre exigindo “mais e mais” reformas e privilégios, determinando e disciplinando toda a política econômica e o nível da atividade da economia brasileira, a seus ditames e em seu proveito.

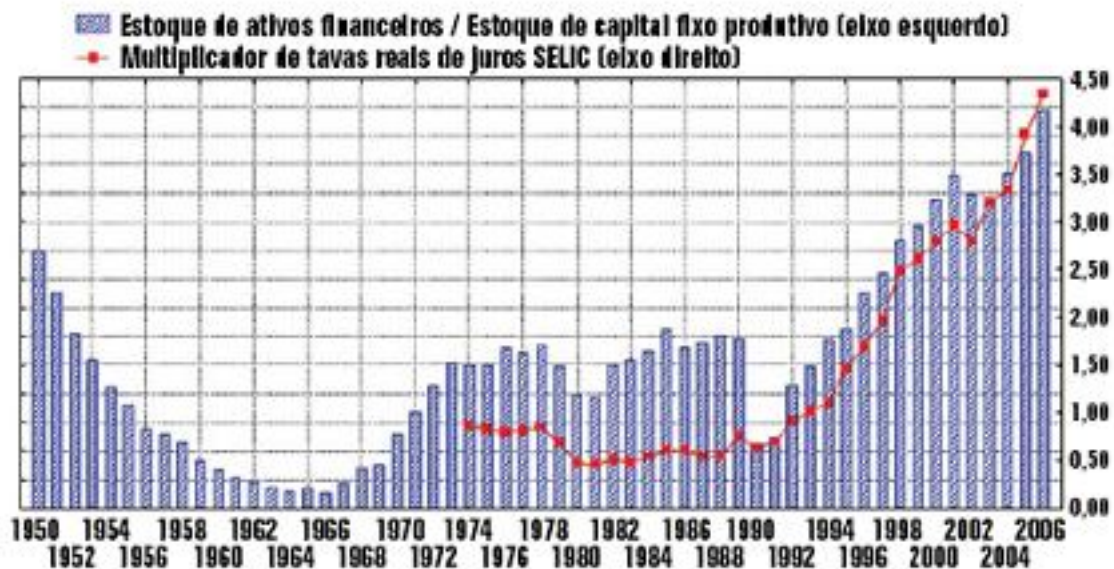


Gráfico 8 – Taxa Selic puxa a acumulação financeira (1950 – 2006)

Fonte: Momento Nacional (2008:7)

Pelo exposto, toda a tarefa do governo do PT serviu para a continuidade do modelo elitista anterior e não para uma mudança. Ocorreu um total esquecimento das promessas históricas do “antigo PT” pelo **atual governo, que somente implementou uma política neoliberal - tão criticada anteriormente pelo próprio presidente Lula¹⁰. Nada sinalizou o aparecimento das promessas progressistas históricas desse partido.**

É bom não esquecer que os últimos vinte e três anos, de políticas econômicas medíocres, levaram a nossa sociedade para um ambiente e um clima de guerra civil não declarada. Transformaram o antigo homem cordial num homem vulgar. Onde, na era da “modernidade”, a cordialidade brasileira tornou-se obscena e serve, hoje, para ocultar a brutalidade das relações sociais do país. Nas elites brasileiras, a cordialidade deu margem à ostentação do consumo e à vulgaridade. Para o povo miserável, essa cordialidade se transformou em violência, em guerra civil não declarada¹¹ (CALLIGARIS, 1999).

¹⁰ Nessa linha, Lula tem afirmado que se arrepende de muitas das críticas de quando era oposição. Tem até afirmado que quando deixar o governo terá uma nova atitude diante dos problemas atuais.

¹¹ Apesar de o Brasil representar apenas 2,8% da população mundial, o país registra 11% dos homicídios em todo o planeta. E os números continuam a aumentar. No Brasil, 40 mil pessoas são mortas anualmente com o

Essa guerra não declarada reflete-se nas galopantes estatísticas da criminalidade que predomina em todo o país. Em 1979, ocorreram 11.194 homicídios. Esses números vêm crescendo e, no ano de 1998, foram constatados 41.802 homicídios. A longa estagnação por que passa a economia brasileira provocou esse crescente mal-estar na sociedade, que se reflete na falta de perspectiva de progresso pessoal e ascensão social, principalmente, para os jovens brasileiros.

O ano de 2002 não foi diferente; registrou um aumento generalizado do número de mortes violentas, tanto em áreas urbanas como no campo¹². Segundo o próprio IBGE (2003), este aumento das mortes está relacionado à criminalidade, associada à estagnação econômica e ao desemprego nos grandes centros urbanos e aos conflitos por terra nas áreas rurais. As mortes causadas por violência incidem muito mais na parcela masculina da população (para cada mulher morta por violência, são mortos três homens pela mesma causa) e, entre os homens, os jovens são ainda os mais atingidos (70,67% das mortes registradas).

Diante desse quadro, as elites conservadoras e retrógradas, por não quererem perceber a raiz do problema, clamam por leis e penas maiores, uma justiça mais rígida e uma polícia atuante. Reclamam do Estado e contra a ineficiência das nossas polícias. Assim, não é à toa que os programas de maior audiência, hoje em dia, nos meios de comunicação, são os medíocres ou os que priorizam o enfoque dessa guerra civil instalada em toda a sociedade.

O capitalismo brasileiro apresentou, em grande parte do século XX, um ritmo de crescimento elevado da economia, principalmente em setores que produzem para a minoria privilegiada - que vive imitando os hábitos de consumo das elites dos países desenvolvidos. Por outro lado, o país possui hoje 54 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, segundo dados do IBGE. Esse número representa 31,8%, dos cerca de 170 milhões de brasileiros. Desses 54 milhões, 49 milhões têm renda inferior a meio salário

uso de armas de fogo. Esse número é superior ao das vítimas da guerra do Iraque. Portanto, num país que está em paz é difícil conceber que haja tantas mortes resultantes da utilização indevida das armas.

¹² Os números da ONU revelam que o setor privado, no Brasil, gasta mais de R\$ 70 bilhões por ano com a chamada indústria do medo. Assim, muitos investimentos deixam de ser feitos na área social para serem aplicados na segurança.

mínimo por mês e os 5 milhões restantes são pessoas que sobrevivem sem nenhum tipo de renda.

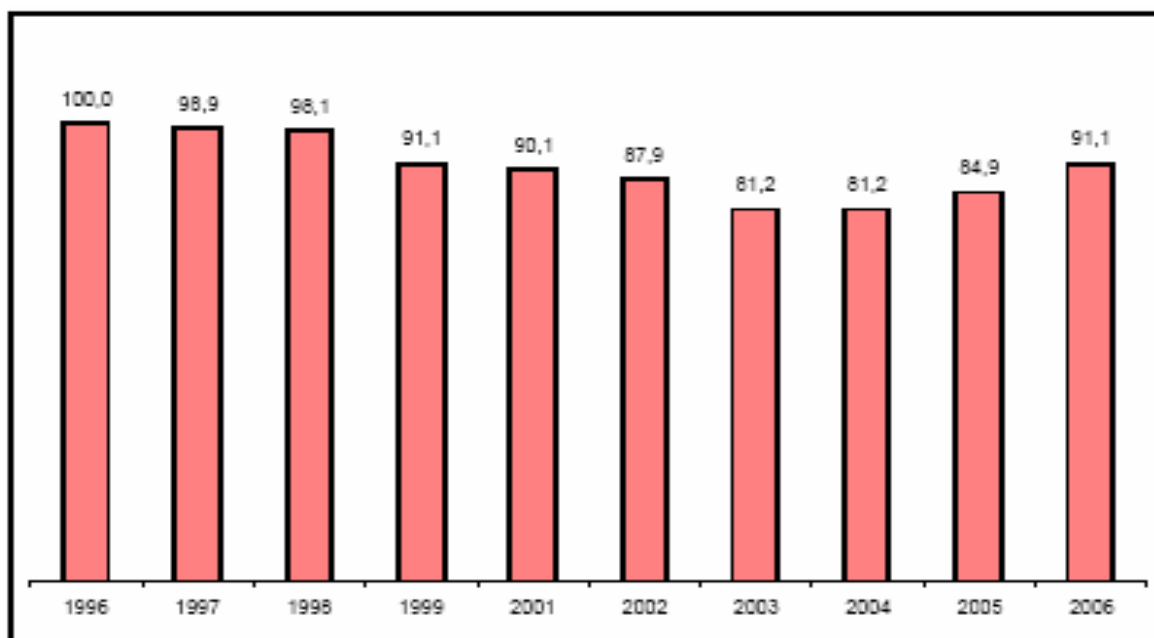


Gráfico 9 – Número-índice do rendimento médio mensal real de todos os trabalhadores ocupados no Brasil 1996-2006.

Fonte: DIEESE (2007:6)

É bom esclarecer que as políticas assistencialistas implementadas no governo Lula, embora não mude em nada a estruturas arcaicas da sociedade brasileira, não pode ser desprezada nem abandonada. Como constatou o professor Waldir Quadros (2007): “a miséria não está explodindo porque as políticas sociais têm dado conta”.

Só que o assistencialismo na área social representa a continuação da política focalizada herdada do governo de FHC e melhorada na administração de Lula. Essa política vem redistribuindo renda intraclasses trabalhadora. Diante desse quadro, o professor Márcio Pochmann (2008) constata que a classe média está em vias de extinção. Em entrevista feita à revista *The Economist* Pochmann afirmou que: “*Nos últimos anos, desapareceram 10 milhões de brasileiros da classe média: 3 milhões foram promovidos a ricos, 7 milhões caíram na malha do bolsa-família*”.

Por outro lado, no debate sobre distribuição de renda ligada à distribuição funcional da renda perde espaço para uma ótica microeconômica hegemônica enfatizando os investimentos em capital humano e seus efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Priorizam análise em que aparece uma redução no grau de desigualdade da distribuição da renda medido pelo índice de Gini em que mostra queda do valor de 0,56, em 2001 para 0,54, em 2004, e para 0,53 em 2006, parecendo haver melhorado a distribuição de renda no Brasil.

Distribuição de renda melhora no Brasil

Coeficiente de Gini — que varia entre zero (distribuição absolutamente igualitária de renda) e um (concentração total de renda)

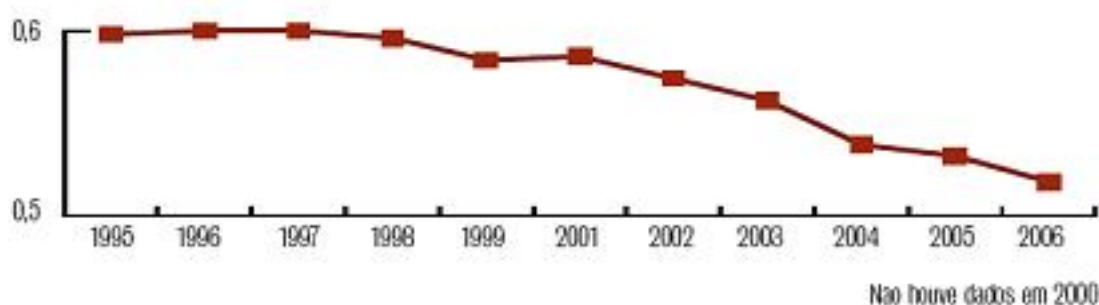


Gráfico 10 – Coeficiente de Gini da Distribuição de Renda no Brasil

Fonte: GARSCHAGEN (2007)

Enquanto o grau de desigualdade da distribuição da renda do trabalho, medido pelo índice de Gini, mostrou queda, parecendo haver melhorado a distribuição de renda no Brasil, constata-se que à parte do Capital (excedente operacional bruto) continuou crescendo e a parte da renda do trabalho no total do PIB continuou em queda. No primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a remuneração dos trabalhadores em relação ao PIB continua em queda, reduzindo-se de 36,1%, em 2002, para 35,6%, em 2003.

Acontece que o índice de Gini mede apenas o grau de desigualdade no interior da renda do trabalho. Esse índice deixa de fora as outras formas de renda que mais cresceram no Brasil, a partir dos anos 90, ou seja, a renda de juros, lucros, renda da terra e aluguéis. Na realidade, a desigualdade de renda e riqueza no Brasil tem crescido bastante, devido,

principalmente, à política monetária do Banco Central que garante uma elevada renda mínima a cerca de 20 mil clãs, por intermédio do pagamento de juros (Pochmann, 2007).

Como o governo Lula continuou implementando a política macroeconômica neoliberal ocorreu como que afirma Ricardo Antunes (2007): “*Nunca antes na história desse país um governo de esquerda fora tão generoso com os lucros dos bancos e dos grandes capitais, tão camaradas com os usineiros e por demais cordial com o agronegócio*”.

A crise do modelo desenvolvimentista e a implantação do neoliberalismo, não somente fizeram crescer a parte dos excedentes pertencentes aos abastardo, como ainda elevou as fragilidades do setor externo brasileiro. A vulnerabilidade no plano a liquidez externa foi até ampliado e a economia brasileira não modificou a lógica de funcionamento de modo a torná-la credora líquida em dólares, em base permanente.

A análise da balança comercial do Brasil nesse período sinaliza na linha de um retrocesso da economia rumo à “reprimarização”, via redução da participação de produtos industrializados de alta tecnologia e médios-alta. Esse processo atinge não somente a economia, mas também a pauta de exportações com a crescente participação dos produtos agrícolas no conjunto das exportações brasileiras e diminuição dos produtos com nível maior de elaboração tecnológica.

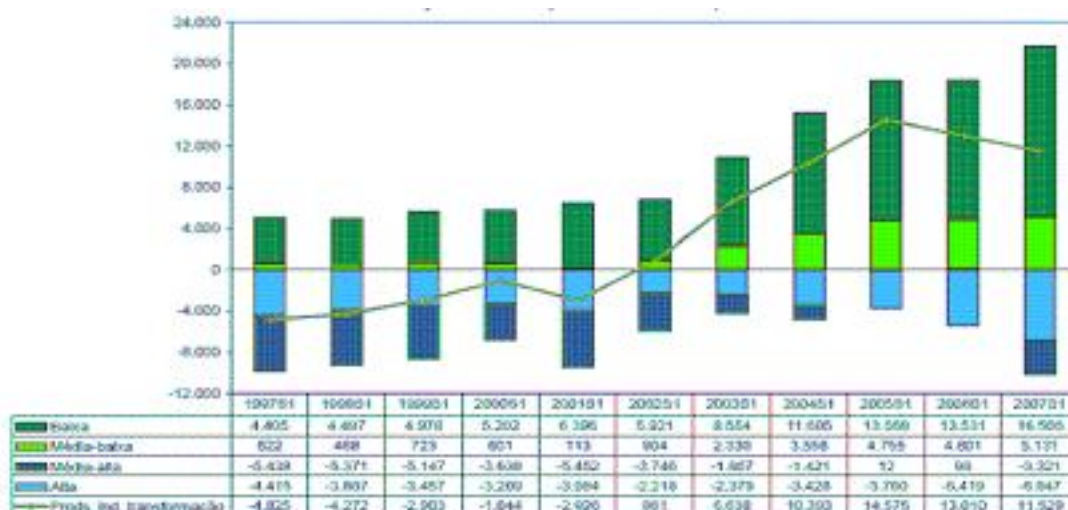


Gráfico 11 – Balança comercial: produtos da industria de transformação por intensidade tecnológica

Fonte: PSDB (2007:12)

Ao longo de toda a década de 1990, ocorreu um processo chamado de “aceleração da substituição por importações” em praticamente todas as categorias dos bens industriais. Em 2003, ano em que a produção industrial brasileira apresentou sofrível crescimento, a participação do agronegócio no PIB voltou a crescer. Segundo dados da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil), a participação do agronegócio, no PIB, subiu de 29% para 31%, em 2003. Já o Ministério da Agricultura estima em 33% o percentual de participação do agronegócio¹³ no Produto Interno Bruto.

O Brasil, que ao longo do seu processo de industrialização vinha diversificando o seu comércio exterior, com a elevação da exportação de manufaturados, apresenta, nos anos de 2006 e 2007, uma alteração dessas exportações, com o significativo aumento na participação de produtos básicos e a perda de posição dos manufaturados, resultado da significativa valorização cambial e do avanço dos preços internacionais das *commodities* exportadas pelo país (milho, soja, café, petróleo, carne de frango e bovina, minério de ferro, etc.).

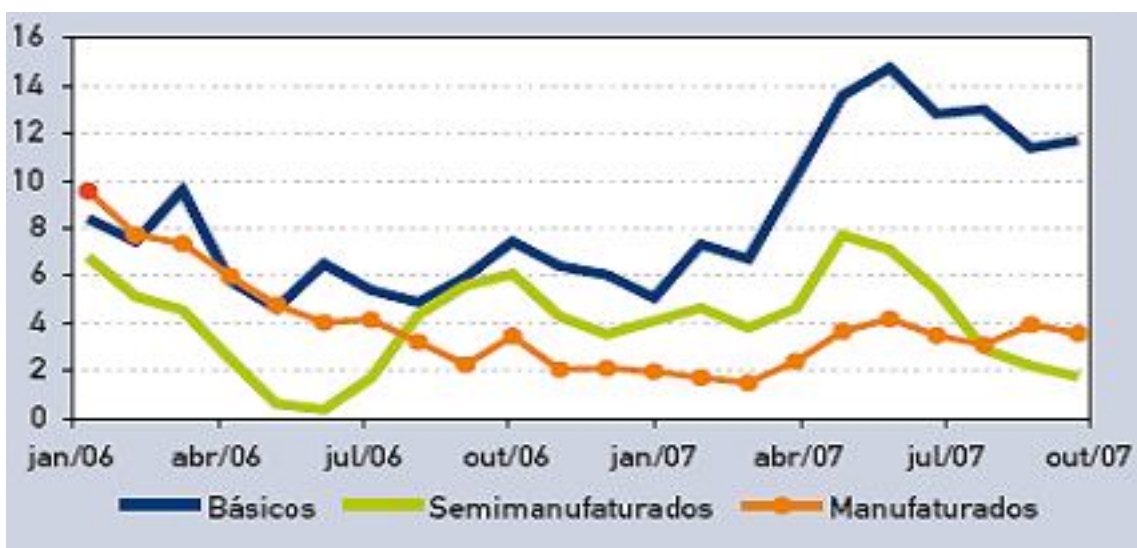


Gráfico 12 – quantum das exportações brasileiras, por categoria de produtos.

Fonte: CNI (2007:24)

¹³ Convém salientar que essa crescente participação do agronegócio tem sido o resultado das sucessivas safras recordes e da retração dos outros setores. A bem da verdade, acrescenta-se o fato de que a mensuração da presença do agronegócio, porém, é difícil de ser detectada porque o agronegócio inclui ramificações que vão além da agricultura e da pecuária, tradicionalmente classificados como um setor único (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/04/2004).

O câmbio valorizado vem prejudicando o setor industrial, principalmente a indústria mais intensiva em mão-de-obra, como os setores de móveis, calçados, têxtil. Ocorreu, ainda, uma tendência do aumento da concentração do comércio exterior nas grandes empresas e uma retirada de pequenas e micro empresas, que passaram a perder rentabilidade e competitividade.



Gráfico 13 – exportações brasileira de produtos básicos e semi-elaborados

Fonte: In: Stein (2007:5)

A nova metodologia do Produto Interno Bruto do Brasil, do IBGE, já constata essa redução da importância do setor industrial na economia do Brasil. Os dados mostram que ocorreu uma perda gradativa de participação da indústria de transformação no PIB. Isso é um ponto preocupante devido ao fato de que é o setor que mais gera emprego, mais impulsiona o crescimento e que tem mais dinamismo em economias continentais, como é a brasileira.

Na metodologia antiga, a indústria em geral possuía uma fatia de 37,9% do PIB; com a metodologia recente, essa participação se reduziu para 30,3%, em 2005. Na metodologia anterior do IBGE, a indústria de transformação apresentava uma participação de 23% no PIB; na nova metodologia, essa indústria cai para apenas 19,3%, em 2003. (NASSIF, 2007).

Diferente dos discursos, nessa realidade neoliberal, a economia brasileira passou a alocar recursos escassos de forma socialmente ineficaz e economicamente ineficiente, mantendo grande parte de seus recursos ociosos (latifúndio é apenas um dos exemplos) em benefício dos sempre privilegiados. Por outro lado, ainda não consegue suprir as necessidades básicas da grande maioria da população¹⁴, destinando parcelas significativas dos seus recursos à produção de bens supérfluos, não essenciais, e para exportação.

Ao final do primeiro mandato do governo Lula os resultados econômicos não se aprestaram muito superiores ao de todo o período FHC, como alias já era esperado pelos economistas que sempre foram contra a proposta neoliberal. Infelizmente, como nesse período o mundo e, principalmente, os países emergentes cresceram a taxas elevadas, a economia brasileira ampliou o hiato do crescimento em relação ao resto do mundo¹⁵, ficando de fora de um período de excepcional crescimento mundial.

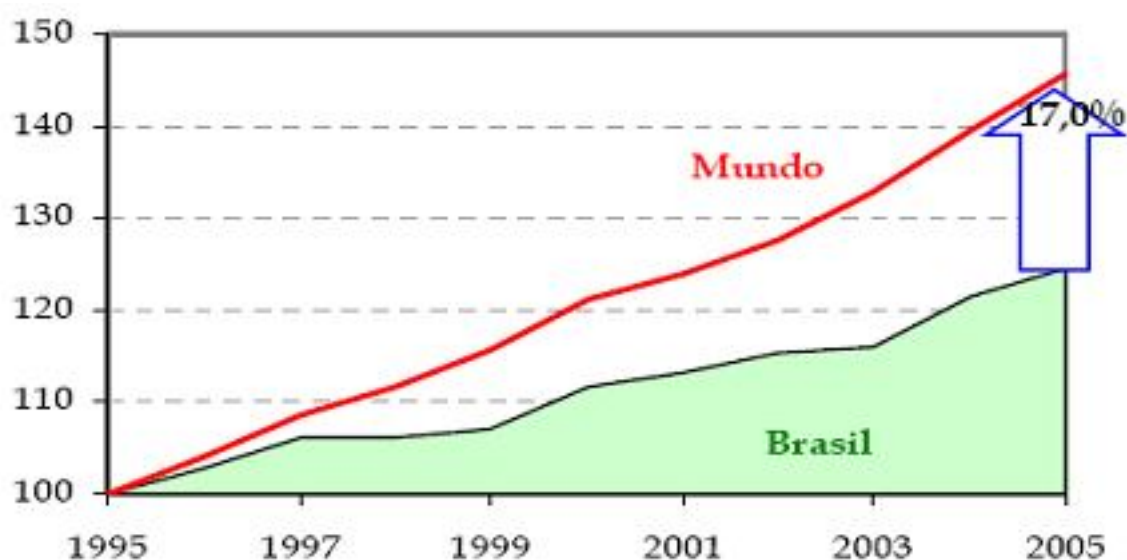


Gráfico 14 – Diferença entre o crescimento do PIB brasileiro e o mundo a partir de 1995.

Fonte: CNI (2006:1)

¹⁴ Depois de vários anos decepcionantes, o Brasil cresceu 5,5% em 2004. Mas grande parte dos 58 milhões de pobres do País não tem motivos para comemorar esse crescimento. Segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para o Brasil resgatar 17 milhões de pessoas da pobreza - menos da metade de todos os famintos do País -, seria necessário crescer 4,5% ao ano durante 11 anos, hipótese bem otimista.

¹⁵ Conforme apresenta Nassif (2007): “Há duas maneiras de medir o PIB: a comparação com a série histórica de uma economia; a comparação com a média do crescimento da região e do mundo. Pelo segundo critério – mais completo – o PIB do governo Lula caminha para ser um dos mais medíocres da história”.

As políticas econômicas desenvolvidas não procuraram construir um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. O governo Lula representa assim uma continuidade da era neoliberal e as medidas que fugiram a esse padrão se caracterizam por seu caráter acessório, embora, tenham melhorado em alguns aspectos, os indicadores do período 2003-2008.

No governo de Lula ainda predominou a técnica de preservação dos ganhos excepcionais dos credores do Estado, sustentando um seletivo grupo social de milionários que vivem do parasitismo do endividamento público. Essa atitude, em benefício dos bancos e do grande capital, faz-se às custas do crescimento econômico, elevado desemprego, queda da renda da classe trabalhadora, aumento da dívida pública, elevação da carga tributária e corte nos gastos sociais.

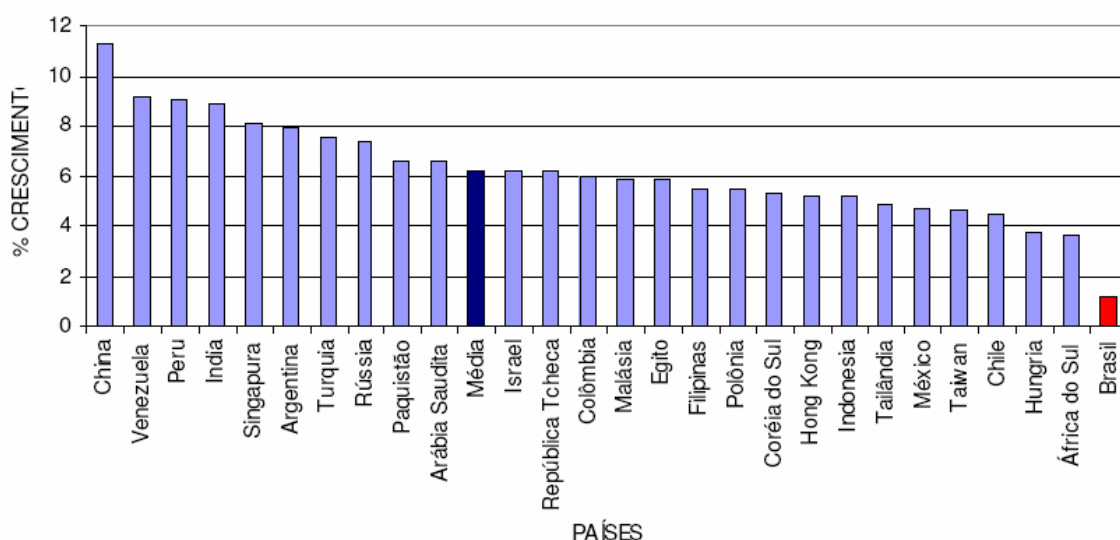


Gráfico 15 – crescimento do Brasil e dos países emergentes

Fonte: In: PSDB (2006:2)

O retrato preliminar da Revisão Periódica Universal sobre os direitos humanos realizada em 2007, pela Organização das Nações Unidas (ONU) confirma muito do apresentado. O citado relatório conclui que o Brasil é um país corrupto, desigual, racista, violento e que impera a impunidade. Esse diagnóstico é baseado em dados coletados pelos próprios representantes da ONU e mais 22 organizações não-governamentais (ONGs).

Convém salientar que esse relatório não conta com as informações pedidas pela ONU ao governo brasileiro (CARTA CAPITAL, 2008).

No documento, a ONU afirma que *“a violência em todas as idades aumentou na última década, transformando o assunto em um dos mais sérios desafios enfrentados pelo País”*, sobretudo porque as principais e maiores vítimas são compostas por jovens do sexo masculino, negros e pobres. Estima o relatório que cerca de 50 mil é o número de assassinatos por ano no Brasil, ou seja, número maior que o total de soldados americanos que morreram na guerra do Vietnã, durante aproximadamente cinco anos. Consta, ainda, do relatório, que 50 milhões de brasileiros vivem na miséria, de modo que o Brasil é um dos cinco países mais desiguais do mundo.

Diferente das críticas até aqui apresentadas, os economistas ortodoxos, os analistas de mercado e, principalmente, o governo, acreditam que a economia brasileira vive na atualidade um ciclo de crescimento sustentável. Em meio a essa euforia de crescimento e com uma visão distorcida da realidade, o anteriormente crítico desse modelo neoliberal, o economista Aloísio Mercadante (2008), afirma que: *“estamos em um raro período histórico que combina o crescimento do bolo com sua distribuição. E o social emerge, de forma inédita, como eixo estruturante do crescimento econômico”*.

No mesmo artigo, Mercadante ainda declara que o governo Lula consolidou um novo ciclo de crescimento econômico com distribuição de renda. Nessa linha, ele diz que as *“avaliações objetivas demonstram que o governo Lula é o mais bem-sucedido governo brasileiro da história recente. Afinal, é o único que vem conseguindo combinar plena vigência das instituições democráticas, crescimento econômico sustentado com estabilidade macroeconômica e distribuição de renda”*.

Acontece que o desempenho recente da economia brasileira não decorre das virtudes da política macroeconômica seguida pelo governo brasileiro no período Lula. O ciclo econômico atual se deve à conjuntura internacional altamente favorável que elevou significativamente os preços e as exportações de *commodities* do Brasil, além da contribuição dos programas sociais, do tipo Bolsa Família, e da política de recuperação e valorização do salário mínimo, ambas, iniciadas no governo FHC e melhoradas na administração de Lula. Esses foram os elementos que levaram à ampliação do mercado interno e externo da economia brasileira, contrabalançando os efeitos nefastos da política

macroeconômica ortodoxa neoliberal de câmbio apreciado, juros elevados e *superávits* primários significativos (BRESSER PEREIRA, 2008).

Nesse ciclo econômico, o Brasil regrediu novamente ao papel de fornecedor mundial de matérias-primas, sem qualquer preocupação com uma política industrial e de desenvolvimento econômico, exportando produtos primários que agregam pouco ou nenhum valor, exportando os melhores empregos, perdendo negócios na área dos manufaturados e reforçando a sua dependência histórica.

O baixo nível de investimento, elemento central para ampliação da capacidade produtiva, para competitividade e para definição de horizontes de longo prazo não foi realizados no nível adequado. Os gastos de investimento serviram para modernizar e elevar a produtividade e, não ocasionaram aumentos substanciais na capacidade de produção, de modo que a tese do estabelecimento de um novo modelo não encontra sustentação, nem no desempenho das variáveis econômicas cruciais, nem na taxa de investimento e, muito menos no formato da política econômica (CARNEIRO, 2006).

PIB X Investimentos

Taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres (%)

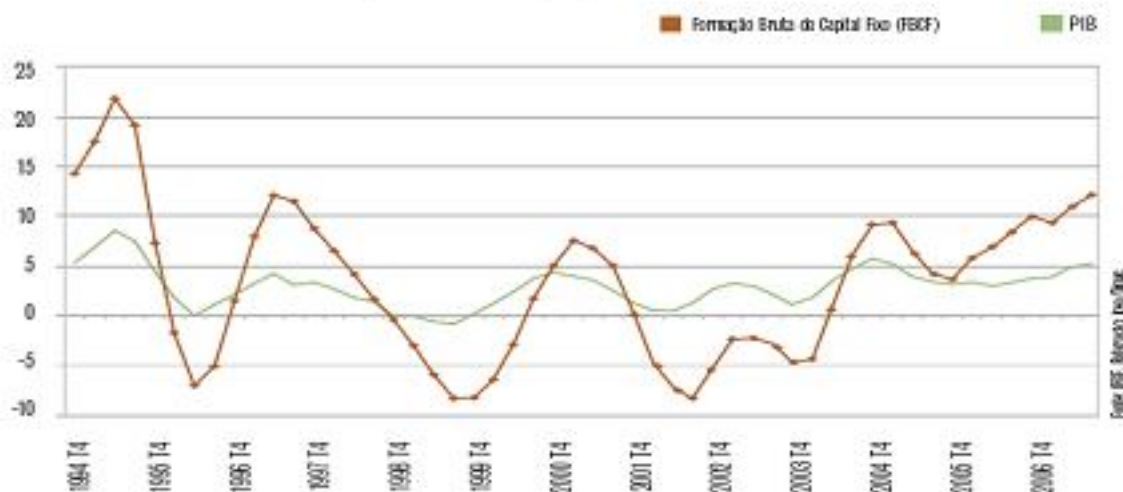


Gráfico16– PIB x Investimento – Taxa de crescimento acumulado em quatro trimestres (%)

Fonte: IPEA (2008)

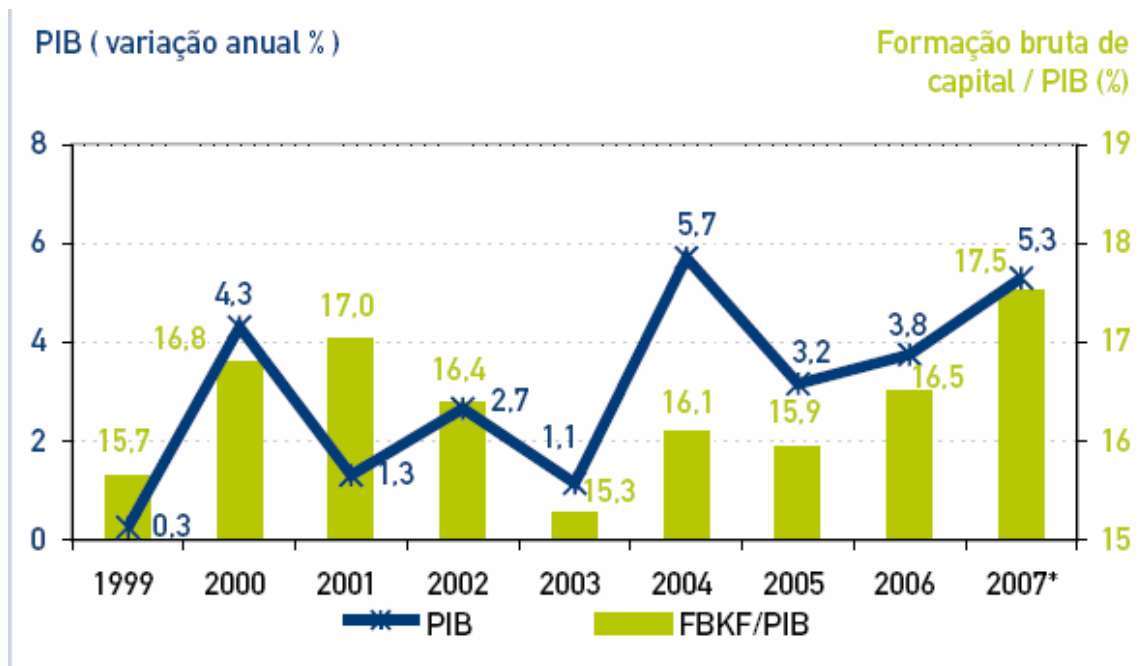


Gráfico 17 - PIB x Investimento (variação anual %)
 Fonte: CNI (2007:7)

Assim, a política macroeconômica do governo Lula reforçou o modelo de dependência criado pelo governo de FHC, com uma política monetária e cambial, que provoca uma elevada apreciação do real e, novamente, a reconstrução de uma vulnerabilidade externa, semelhante à deixada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso; e que teima em não ser detectada pelos neoliberais das diferentes matizes (analistas do mercado financeiro, economistas ortodoxos e os integrantes da equipe econômica do governo).

Essa dinâmica do câmbio e do setor externo tem sido novamente negligenciada. Todavia, as contas do balanço de transações correntes do Brasil estão a revelar, que diante da taxa de juros *selic* elevada, com a sobrevalorização da taxa de câmbio, aliada à crise mundial do capitalismo americano, a economia brasileira está diante do risco de, em 2010, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregar o governo, reproduzir o cenário de crise do governo FHC, entregando o país para seu sucessor com uma situação externa altamente desfavorável e um país praticamente falido.

Novamente, a tomada de consciência de manter esse péssimo modelo neoliberal dar-se-á tardiamente e deixará graves conseqüências. O boom do crescimento econômico,

novamente de curta duração, além de crise externa, trará de volta a subida dos índices inflacionários – devido o fim da política de populismo cambial que tem sido praticada em benefício do controle da inflação e que aparece falsamente como decorrência de uma pressuposta eficiência do regime de metas de inflação e da política do Banco Central do Brasil.

Pelo que foi apresentado, na primeira década do século XXI, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embora apresentando resultados um pouco melhores do FHC, continuou praticando a mesma política econômica medíocre¹⁶. Seu governo apresenta uma média de crescimento que continua abaixo da média de todas as outras regiões, o que significa que fechará com mais uma “Década Perdida” agora a “Década do Fracasso”.

É um governo, de um partido outrora socialista, que se esperava mudança e representou continuísmo. Esse governo representa um fracasso¹⁷. No período em que a economia mundial e, sobretudo, os países emergentes crescem a taxas elevadas, a economia brasileira continuou “andando para trás”.

TABELA 6 – Taxa de Crescimento Real do PIB (%) – 2003-2008

Taxa de crescimento real do PIB (%): 2003-08 – Macrocenário de Aterrissagem suave							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média 2003-08
Mundo	4,0	5,3	4,8	5,4	5,2	4,8	4,9
Países em desenvolvimento	6,7	7,7	7,5	8,1	8,1	7,4	7,6
África	4,7	5,8	5,6	5,6	5,7	6,5	5,6
Ásia	8,3	8,8	9,2	9,8	9,8	8,8	9,1
Oriente Médio	6,6	5,6	5,4	5,6	5,9	5,9	5,8
Américas	2,4	6,0	4,6	5,5	5,0	4,3	4,6
Brasil	1,1	5,7	3,2	3,8	5,2	4,5	3,9

Fontes: FMI, IFEA e Banco Central do Brasil. http://www.bacen/focus/18_jan_08
<http://www.ipeadata.gov.br/PIB>. http://www.imf.org/weo_out08
 Nota: Dados referem-se estimativas para 2007 e projeções para 2008.

Fonte: In: Gonçalves (2008:13)

¹⁶ Conforme Chico de Oliveira (2008) ao comentar a diferença entre Hillary e Obama: “Ele é tão parecido com a Hillary, com seu terminho correto que faz par com o *tailleur* da ex-primeira-dama, **quanto o PT com o PSDB**”. Negritos de minha autoria.

¹⁷ Fracasso porque trata de um governo dito de esquerda, em um país com elevado índice de pobreza e desigualdade, mas está a serviço dos conservadores, do atraso e do capital internacional.

Os integrantes do partido dos trabalhadores não percebem que enquanto são iludidos pelo discurso da “Herança Maldita”, fruto do governo de FHC, a área econômica do governo Lula continuou procurando agradar o chamado “mercado”, aprofundando a “política econômica virtuosa neoliberal” de *superávit*¹⁸ primário, metas de inflação, câmbio flutuante e liberalização da Conta de Capital do balanço de pagamentos.

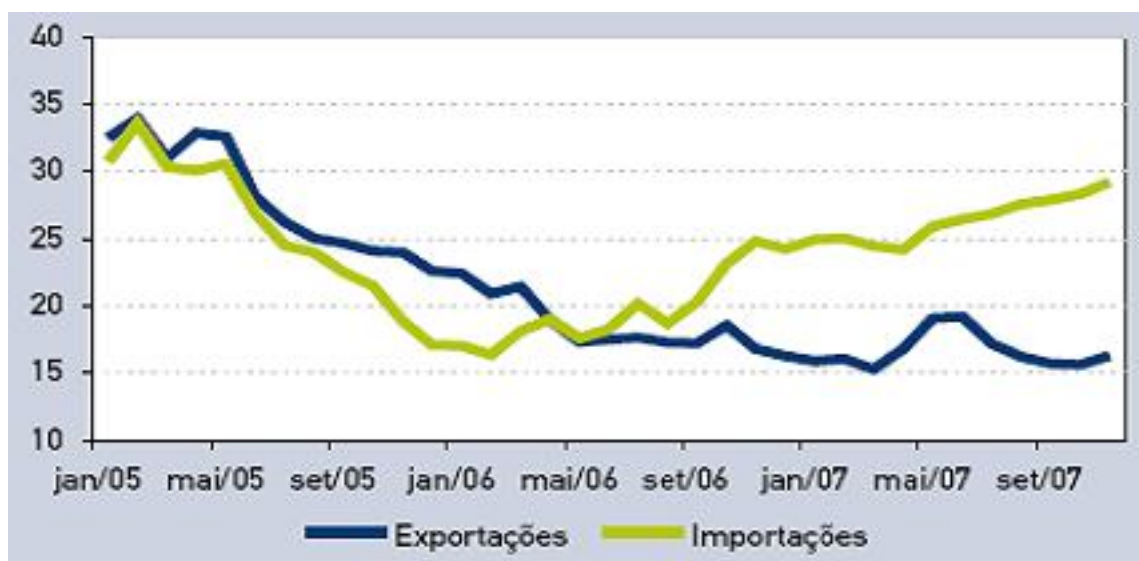


Gráfico 18 – Ritmo de crescimento das exportações e importações brasileiras

Fonte: CNI (2007:24)

O governo Lula continua implementando as políticas macroeconômicas de liberação comercial e financeira, e de desregulamentação cambial, com o objetivo de atrair os recursos externos a qualquer custo, implementadas desde os anos FHC, na busca do *Investment Grade*. Trata-se de política de inserção subordinada ao sistema financeiro mundial, que nos mantendo prisioneiros na armadilha de rigidez da política monetária e da política de câmbio que já sinaliza problemas na balança comercial e impedem o desenvolvimento da economia brasileira.

¹⁸ O superávit primário exigido pelo FMI de 3,75% foi elevado para 4,25% pelo governo Lula. Na prática o governo sempre realizou um superávit superior. Em 2003, o superávit primário alcançou 4,32% do PIB. Em 2004, esse superávit foi de 4,59% e, em 2005, o superávit elevou-se para 4,84% do PIB. Em 2006, caiu para 3,9% e, em 2007, foi de 4,1%.

NECESSIDADE DE UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Globalização é um nome pomposo para o estágio atual do capitalismo e da economia mundial. Vale ressaltar que, esse processo, se não tem produzido elevadas taxas de inflação, tem provocado apenas baixas taxas de crescimento e muito desemprego. Nesse contexto, surge uma pergunta: valerá a pena a continuação e o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento que não contribui para diminuir a percentagem dos pobres e miseráveis, se até mesmo a minoria dos trabalhadores que dele se beneficiam, está sendo condenada a viver permanentemente ameaçada por assaltos, epidemias, exploração, más condições de trabalho, doenças provocadas pelo mundo do trabalho ou a triste opção do desemprego?

Diante da crise da dívida externa da Argentina, o melhor aluno do FMI e o principal país a implementar as propostas consubstanciadas no Consenso de Washington na América Latina; das propostas de Hugo Chaves, para a Venezuela; da atitude de Nestor Kirchner de renegociação da dívida externa da Argentina, quando então era presidente; da eleição na Bolívia; e, há dois mandatos de Lula, no Brasil, os países do Cone Sul (Brasil, Venezuela, Bolívia, Argentina, etc.) estão perdendo uma oportunidade histórica de mudar as regras do jogo e da jogatina internacional contra os países da periferia.

Infelizmente, o caminho seguido pelas “elites petistas”, foi na linha da submissão e da vulnerabilidade interna e externa. Do ponto de vista estrutural, o governo de Lula aumentou a vulnerabilidade externa da economia brasileira, não somente na dimensão comercial e produtiva, mas também na tecnológica e nas dimensões monetária e financeira¹⁹. Faz-se necessário e urgente romper com a política econômica recomendada pelo neoliberalismo que prescreve metas de inflação, juros elevados, *superávit* primário,

¹⁹ “A economia brasileira, portanto, continua doente, continua intrinsecamente instável do ponto de vista macroeconômico. E está nessa condição não por qualquer razão – estrutural -, inerente à economia brasileira, mas porque o governo mantém a taxa de juros e a taxa de câmbio em níveis insustentáveis, que só podem levar em direção à crise” (BRESSER PEREIRA, 2005).

liberalização da Conta de Capital e câmbio flexível. Ruptura²⁰, essa, indispensável para a realização das mudanças.

Diante dessa onda liberal, existirá retorno? Não? Pois, por falta de uma alternativa melhor, no horizonte histórico do capitalismo, a social-democracia do *Welfare State*²¹ ainda se apresenta como a alternativa mais viável de sociedade. Nessa linha, a sociedade pode reivindicar e o setor público brasileiro pode tentar corrigir algumas dessas anomalias apresentadas pelo sistema capitalista no Brasil, **por meio da construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e da manipulação de uma adequada política econômica, objetivando conquistas sociais que priorize os interesses da nação²², e reformas progressistas nas áreas tributárias, agrárias, urbanas, educacionais, monetárias e até no seu comércio exterior.**

Ocorre que não serão as elites e nem um governo comprometido com as políticas ortodoxas e com a elite conservadora que realizarão as reformas estruturais necessárias à construção dessa alternativa. Além do que, o modelo liberal implementado, no Brasil, não é susceptível de remendos²³. Não há nenhuma forma de ajuste macroeconômico capaz de fazer com que a soberania econômica do país seja restaurada e o manejo da política econômica e da política de desenvolvimento possam ser, de novo, movidas pelas decisões soberanas da nação dentro da alternativa liberal (Cano, 2003).

²⁰ Somente a ruptura com a política econômica imposta pelo neoliberalismo, na linha defendida pelo FMI, tais como: “superávit primário”, alto juros e recessão econômica poderão viabilizar as mudanças necessárias para um projeto de desenvolvimento nacional.

²¹ A social democracia tem quatro fontes principais de inspiração: o socialismo, o liberalismo/capitalismo, as idéias econômicas de Keynes e a doutrina social da Igreja Católica.

²² Social-Democracia como mostra Brum (1999:43/44), fundamenta-se nos seguintes pontos: 1) a pessoa é considerada um ser que tem dignidade própria e valor em si, com direito de realizar-se como tal. Não pode ser reduzida a mero instrumento de realização do capital (Capitalismo), nem à simples peça da engrenagem social do Estado (Socialismo); 2) a democracia é considerada um valor fundamental. Democracias pluralistas, representativas e participativas na busca da construção coletiva da democracia política, econômica e social; 3) manutenção da propriedade privada, subordinada à função social e devendo enquadrar-se na execução do plano global da sociedade; 4) preservação da economia de mercado, mas este deve ser submetido ao controle social, através de um Estado democrático e das organizações da própria sociedade, buscando corrigir-lhe os desequilíbrios e as distorções; 5) compromisso de construção do **Estado do Bem-Estar Social**, promovendo a remuneração digna do trabalho, aproximando os ganhos econômicos entre as diferentes classes sociais, protegendo os setores carentes e assegurando a todos, independentemente da classe social, as oportunidades de acesso à educação, proteção à saúde, transporte coletivo, trabalho, cultura e lazer.

²³ Mesmo que venha a ser alterada a política econômica atual, com medidas de curto e médio prazos, as posições estratégicas e os valores que orientam o governo do PT estão de acordo com o paradigma neoliberal.

Uma nova concepção de desenvolvimento para o Brasil se faz necessário. Essa nova política deve exigir muitos sacrifícios dos setores que sempre se beneficiaram do desenvolvimento brasileiro e hoje estão bem aquinhoados. Isso somente se implantará somente se os Movimentos Sociais e um Governo verdadeiramente progressista unirem suas forças. Essa união pode mobilizar o Estado e a Sociedade Civil em favor do projeto nacional popular e, assim, canalizar os recursos econômicos para atender o anseio de cidadania da população brasileira. Caso, porém, suas forças se dividam e se dispersem, o Brasil continuará refém do livre mercado e de suas imposições danosas aos mais pobres (FRAGA, 2003).

De uma maneira considerada radical para muitos, pode-se afirmar que a **Lutar somente pelo crescimento econômico, na linha atual, significa a defesa do status quo**²⁴. Dessa maneira, é mais sensato implementar reformas estruturais e buscar novas formas menos elitistas de desenvolvimento ou, quem sabe, até esquecermos o crescimento econômico realizando apenas uma melhor distribuição de renda no Brasil, de tal sorte a eliminarmos a miséria, a fome, a exclusão e a injustiça.

O objetivo principal é tentar atenuar e “eliminar”, através de reformas, os principais defeitos do capitalismo brasileiro. Uma mobilização popular e organizada faz-se necessária para **forçar e lembrar o governo petista qual o lado que o elegeu**, pois, como afirma Marilena Chauí (2003), citando Espinosa: **um direito não é algo concedido, mas algo que é conquistado**²⁵ e **conversado, porque ele é poder**. A construção e implementação de um projeto nacional, claramente identificado com os interesses do povo brasileiro, com a

²⁴ Com o País na rota para o crescimento sustentado, muito economistas voltaram a discutir a necessidade de fazer esse crescimento chegar até as pessoas que mais precisam dele. Os economistas querem garantir que o PIB em alta seja comemorado pela elite nos bairros nobres, mas também nas favelas. Qualquer crescimento é bem-vindo ou é preciso também distribuir a renda? A maré alta eleva todos os barcos ou não? Para alguns, qualquer crescimento beneficia os pobres. Para outros, o aumento do PIB vai demorar muito para chegar até a camada pobre, a não ser que se introduzam políticas eficazes para ter um crescimento pró-pobre.

²⁵ “Países com melhor distribuição de renda conquistaram-nas com lutas sociais, desde o violento sindicalismo de resultados norte-americano, passando pelo ideólogo sindicalismo social-democrata europeu, até às revoluções totalitárias do leste europeu e da Ásia”. (NOGUEIRA DA COSTA, 2000:60).

utilização dos recursos, primordialmente para melhorar a situação dos pobres e excluídos, não virão de uma decisão do Estado²⁶.

O Brasil, que necessita de justiça social, prosperidade e democracia, com a “modernidade”, ressalta as vantagens do mercado livre, da terceirização, da automação, da economia, exploração da mão-de-obra e da necessidade dos trabalhadores se aposentarem mais tarde. Por outro lado, execra o *déficit* público, luta pela diminuição da carga tributária e questiona os benefícios sociais.

O mundo dos liberais recomenda que sejamos mais cruéis e impiedosos com os menos capazes, os ineficientes e os excluídos. Problemas, como saúde, educação e segurança do cidadão, não são considerados graves e emergenciais e podem esperar mais um pouco. Enfatizam as questões econômicas, numa linha de predomínio do econômico sobre o político, o cultural e o social. É um discurso vulgar e mal fundamentado. Essa discussão é liderada pelas elites aculturadas, atentas e embevecidas pelos termos metropolitanos e que não entendem direito, e nem com realismo, os problemas do Brasil (SAYAD, 1999).

Concluindo, gostaria de deixar a mensagem de Maria da Conceição Tavares (1999:73) para reflexão:

“O Brasil é um país continental, tem potencialidades de desenvolvimento, tem condições objetivas que independem do capital especulativo, que independem da globalização. Tem condições de dar alimentação, vestuário, calçado, escola e um mínimo de saúde e seguridade social à sua população. Embora possa levar algum tempo, existem condições objetivas de converter o país em nação, como o fizeram, aliás, vários países do mundo, nas crises internacionais anteriores e nas situações mais diversas de desenvolvimento e organização social da produção e sistema político”.

²⁶ “E, em segundo lugar, que o fato de haver alternância de governo não conduz simplesmente ao crescimento econômico com justiça social. Para isso, contudo, somente a pressão popular organizada pode colocar novamente na agenda governamental o compromisso democrático com o desenvolvimento da produção e do emprego, acompanhada inexoravelmente da necessária inclusão social”. (POCHMANN, 2005).